

Boletim

A revista do Sistema

INFORMATIVO



SISTEMA FAEP



Ano XXVI | nº 1192

17 a 23 de setembro de 2012

Tiragem desta edição: 24.000 exemplares

As PCHs

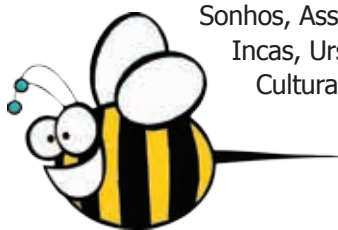
Pequenas Centrais

Hidrelétricas



MST: 72 reintegrações de posse

- 2 MST**
Invasões mal resolvidas
-
- 6 PCHs**
O trabalho da FAEP e Sindicatos
-
- 10 Safra**
Os números americanos
-
- 13 CAR/Ibama**
-
- 14 Seguro**
Gringos sem prejuízo
-
- 16 Opinião**
Interesse nacional
-
- 18 Entrevista**
Integração Lavoura-Pecuária-Floresta
-
- 22 Legislação**
Sementes salvas
-
- 24 SENAR-PR**
Agricultura de precisão
-
- 25 Código Florestal**
Empenho parlamentar
-
- 26 Via Rápida**
Sonhos, Assalto,
Incas, Ursos,
Cultura, Problemas
-
- 28 Cursos**
Leite, compotas, Pescados,
Agrinho, Milho, Inclusão Digital,
Panificação
-
- 30 Notas**



Quem trabalha

Das 110 invasões herdadas, 72 esperam reintegração

O MST é um movimento em decadência, cansou a beleza, a paciência e perdeu a simpatia de outrora da população. Volta e meia, porém, ainda tem espasmos violentos em invasões e manifestações contra o próprio governo petista, invadindo ministérios e sedes do Incra. No seu rastro o Movimento deixou as marcas de invasões – 110 no Paraná, com destruição de imóveis, equipamentos, roubo e matança de animais e destruição de plantações.

Os seguidores que realmente estavam interessados em lavrar a terra e produzir fizeram surgir assentamentos de sucesso,



, constrói; Quem invade...

Ao perder adeptos, o MST passou a recorrer ao rebanho de desocupados que margeiam pequenas e médias cidades

onde os ocupantes receberam as terras, eram vocacionados para a agricultura, tiveram assistência técnica e crédito, formando núcleos associativistas ou cooperativas. Nesses casos identifica-se as ações do SENAR-PR.

Estão no mercado do agronegócio, com os dividendos do trabalho na terra e dando orgulho e futuro aos seus filhos. Aliás, não é incomum donas de casa levarem nos carrinhos de supermercados leite longa vida com a estampa de cooperativas de assentamentos, até porque são mais baratos.

São incontáveis, porém, assentamen-

tos em que os beneficiários simplesmente revenderam as propriedades ou as abandonaram por inépcia com a lida rural. Paralelamente, em vários Estados, continuou no seu ímpeto bolivariano-chavista, a pregar e praticar a violência em contínuas invasões e manifestações.

Esse comportamento, como não deixaria de acontecer, provocou a perda do apoio da opinião pública e começaram a rarear soldados nos recrutamentos. Ao perder adeptos, o MST passou a recorrer ao rebanho de desocupados que margeiam pequenas e médias cidades e em troca do



Fotos: Arquivo pessoal

O engenheiro Carlos Alberto Consoni Gomes há sete anos teve a fazenda invadida.

bonezinho vermelho e da bolsa família para a boia, foram facilmente recrutados e manipulados.

O MST teve o beneplácito dos governos Roberto Requião (2003-2010) e evitou-se o cumprimento de decisões da Justiça pela reintegração de posse de propriedades invadidas. Em sua campanha, Beto Richa prometeu resolver os impasses dessas invasões trazendo esperanças aos atingidos. Seu governo negocia, mas está emparedado por herdar ações de reintegração e pedidos de intervenção federal no Estado. Nesse quadro alguns dos proprietários usam como alibi as invasões para forçar a venda das terras. São poucos, mas existem.

Com TDAs, não

De qualquer forma, as 110 invasões instaladas no Estado, onde vivem cerca de 6 mil famílias, 72 já tiveram a reintegração de posse determinada pela Justiça. “Des-sas 72, estamos em negociação com 59 proprietários e apenas 13 estão sem saída”, disse o assessor de Assuntos Fundiários

As 110 invasões instaladas no Estado, onde vivem cerca de 6 mil famílias, 72 já tiveram a reintegração de posse determinada pela Justiça.

do Paraná, Hamilton Serighelli a este BI. Na verdade, como revelou o repórter Carlos Ohara, da Gazeta do Povo (“72 reintegrações de posse expedidas pela Justiça estão na gaveta”), os 13 impasses estão no pagamento das indenizações pela invasões com Títulos da Dívida Agrária (TDAs), do Inbra, que não são aceitos. “Decisão judicial não se discute, se cumpre”, afirma Tarcísio Barbosa, coordenador da Comissão Técnica de Política Fundiária da FAEP, “e a questão dos TDAs ocorre porque são títulos podres, sem liquidez. O Inbra age de acordo com as orientações do MST”.

Disputados pela esquerda mais radical do PT, o Ministério de Desenvolvimento Agrário e o Inbra empacaram nos últimos tempos as negociações sobre as invasões, criando obstáculos e alegando falta de recursos. Isso parece ter sido superado em julho passado, quando foi exonerado da presidência do Inbra, Celso Lisboa Lacerda, substituído por Carlos Guedes que, segundo caciques petistas, seria “assim, ó, com a Dilma”. Veremos.



Fazenda São Paulo: cumpra-se a lei

Nesse cenário o governo paranaense lida com pedidos de intervenção federal pelo descumprimento de reintegrações de posse. A principal delas está vinculada à Fazenda São Paulo (414 hectares) e os sítios São Vicente (158 hectares), Serrinha (118 hectares), e Garcia (48 hectares), propriedade do engenheiro civil Carlos Alberto Consoni Gomes, 69 anos e de sua família. Em Barbosa Ferraz, noroeste do Estado, a 443 km de Curitiba.

A propriedade foi invadida em 2005, teve liminar para desocupação em seguida, mas só foi cumprida em julho de 2008. Gomes não encontrou mais as 700 cabeças de gado, nem 33 potrinhos. As primeiras foram distribuídas por acampamentos do MST e os potros viraram churrasco dos in-

Da fazenda considerada modelo só restou a foto que ornamenta o escritório do produtor rural

O governo paranaense lida com pedidos de intervenção federal pelo descumprimento de reintegrações de posse.

vasores. Tratores, uma caminhonete, um velho automóvel colheitadeiras foram detonadas. Da fazenda considerada modelo na criação de gado, que chegavam a alcançar 17/19 arrobas e as plantações de soja, milho, arroz e feijão restou uma foto que ornamenta seu escritório onde atua com a filha Carla Beatriz na busca de justiça. Isso porque duas semanas depois da reintegração, ainda mais agressivos, o bando de filiados ao MST, voltou a invadir a propriedade. Lá estão cerca de 70 famílias que nada plantam e reclamam que o governo federal está atrasando um “direito adquirido” – bolsas básicas.

A fazenda São Paulo é resultado da colonização daquela região paranaense nos idos de 1950, quando o pai de Gomes a adquiriu. Munido da documentação histórica da propriedade, ele instruiu processos de reintegração e que já transitaram em julgado, não cabem mais recursos. Isso resultou em pedidos de intervenção federal no Estado. “É inaceitável a oferta de TDAs para me indenizar, porque são títulos podres, podem ser pagos daqui há 5 ou 50 anos”, diz Gomes, “junto com o MST o governo quer fazer bondade com o chapéu alheio”.

Ele acusa setores ligados à esquerda de tentar denegrir sua imagem. “Não tenho manchas, não sou criminoso, talvez o sejam os cinco invasores presos em Campo Mourão portando um revólver roubado do cofre da minha fazenda”, indaga, “o que eu desejo é simples: o cumprimento de uma determinação judicial”.

Alertados pela matéria da “Gazeta do Povo” outros produtores se solidarizaram a Gomes, entre eles Eduardo Bermudez, 64 anos, proprietário de 120 hectares em Quinta do Sol, também no noroeste do Estado, e que não foi alvo do MST. “O que acontece na Fazenda São Paulo se resume em esbulho (posse violenta e clandestina) e a solução está na reintegração de posse já decidida pela Justiça. Ora, cumpra-se a lei”.

As pequenas Centrais

Por Kátia Santos

As Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) de 1 a 30 MW (megawatts) tornaram-se uma grande alternativa para o aumento da disponibilidade de energia no país. Aparentemente, pelas suas dimensões não causariam grandes problemas ambientais, mas passaram a preocupar os pequenos produtores rurais no Estado. Atualmente o Paraná tem 30 PCH's em operação com potência instalada de 176.529 KW (1 KW =1000 watts) e nos próximos quatro anos estão previstas outras 10, que aguardam autorização e licenças ambientais.

A PCH Água Limpa, localizada no rio Goioerê, na bacia do Piquiri, com potência de 20 KW atinge 26 propriedades rurais nos municípios de Perobal, Mariluz e Alto Piquiri, é a próxima a entrar em operação. A Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) está prestando assessoria e assistência técnica aos produtores rurais através dos sindicatos rurais.

Já foram realizadas duas reuniões no Sindicato Rural de Mariluz com produtores rurais e líderes sindicais dos três municípios, representantes da empresa que vai construir a hidrelétrica e o engenheiro florestal do Departamento Técnico Econômico da FAEP, José Hess.

“A preocupação dos produtores é em relação à indenização que será paga pela área alagada, principalmente as regiões que atingem as Áreas de Preservação Permanente (APP's) e Reserva Legal. Para orientar nossos associados buscamos e estamos recebendo o apoio técnico da FAEP”, diz o presidente do Sindicato Rural de Mariluz Mar Sakashita.

A Medida Provisória nº 571/12, que alte-



Divulgação

Nosso objetivo é defender o produtor rural e deixá-lo informado sobre seus direitos

ra o novo Código Florestal (Lei 12.651/12), em tramitação no Congresso Nacional, prevê no artigo 5º incisos 1º e 2º, que em casos de implantação de reservatórios d'água artificial para geração de energia é o empreendedor que se responsabiliza pelo Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório (leia no box a íntegra do artigo e parágrafo)

“Nosso objetivo é defender o produtor rural e deixá-lo informado sobre seus direitos; o que ele pode reivindicar na negociação junto às empresas que irão desapropriar as áreas e qual será a área do seu município e

Hidrelétricas

FAEP e Sindicatos assessoram produtores atingidos



da sua propriedade que será alagada”, explica Hess.

De acordo com técnico da FAEP, o produtor rural precisa cobrar na indenização todas as benfeitorias que foram realizadas na área que será alagada. Por exemplo, se for uma área de pastagem o produtor deve levantar o custo dos arames utilizados, dos palanques se forem de concreto ou madeira, se há um barracão, enfim tudo que foi feito ou instalado na área.

Outra preocupação da FAEP é que a população afetada por essas PCH's saiba quanto seu município vai perder em termos

de produtividade e geração de renda com a diminuição da área cultivada. As audiências públicas sobre a PCH Água Limpa no rio Goioerê devem ocorrer até o final deste ano nos municípios de Mariluz e Alto Piquiri.

Na instalação da PCH Água Limpa são consideradas três áreas para efeito de influência da hidrelétrica.

Nomenclatura	Área de abrangência	Áreas de influências
Área Diretamente Afetada (ADA)	358 ha	Área efetivamente inundada
Área de Influência Direta (AID)	458 ha	Incluindo a área de ADA
Área de Influência Indireta (All)	1.320 ha	Inclui uma faixa de 500m além da AID

Fonte: Empresa Multi Fase/EIA/RIMA-IAP-PR.2012

O produtor rural precisa cobrar na indenização todas as benfeitorias que foram realizadas na área que será alagada.

Como entra em funcionamento uma PCh's

A entrega de licenças para a construção e o funcionamento das PCH's no Paraná estava suspensa desde 2003 pelo governo do Estado. Em 2011 o atual governo retomou as análises dos pedidos de licenciamentos ambientais e de construção de novas PCH's. Estes pedidos são feitos ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP), que tem cadastrados 114 pedidos.

Para o biênio 2011/2012 foram concedidas sete licenças ambientais prévias e uma licença de instalação. No total o potencial de geração destes empreendimentos hidrelétricos pode chegar a 82,2 MW, quantidade suficiente para abastecer uma cidade de 100 mil habitantes.

Depois que a construtora consegue a licença prévia (fase 1) ela solicita a licença de

instalação (fase 2) e em seguida aguarda a publicação da licença (fase 3). O próximo passo é a realização da audiência pública com a população (fase 4), e caso não haja impedimentos a construtora inicia as obras. “É a audiência pública que dá respaldo jurídico à empresa de

que os habitantes estão cientes da instalação da hidrelétrica e a área que ela vai alagar”, informa Hess.

Confira abaixo a relação dos empreendimentos que estão em processo de análise, instalação e publicação no Paraná.

Empreendimentos para emissão de Licença Prévia (fase 1)

Obra	Rio	Bacia	Potência	Municípios envolvidos	Empresas construtoras
PCH das Almas	Turvo	Ribeira	6,4 MW	Doutor Ulysses/Cerro Azul	RDR Energia
PCH Ribeirão Bonito	Turvo	Ribeira	6,1 MW	Doutor Ulisses / Cerro Azul	RDR Energia
PCH Cachoeira	Turvo	Ribeira	4 MW	Doutor Ulisses/ Cerro Azul	RDR Energia
PCH Cantú 1	Cantú	Piquiri	15 MW	Nova Cantú/ Laranjal e Altamira do Paraná	Brennand Energia
PCH Cantú 2	Cantú	Piquiri	18 MW	Nova Cantú/Laranjal/Palmital e Roncador	Plena Energia
PCH Cantú 3	Cantú	Piquiri	7 MW	Mato Rico e Palmital	Brennand Energia
PCH Confluência	Marrecas	Ivaí	19,5 MW	Prudentópolis e Turvo	Confluência Energia

Empreendimento para emissão de Licença de Instalação (fase 2)

Obra	Rio	Bacia	Potência	Municípios envolvidos	Empresas Construtoras
PCH Rio Bandeirantes	Bandeirantes do Norte	Pirapó	4,2 MW	Santa Fé	Santa Fé Energética

Empreendimentos com Licenças Publicadas (fase 3)

Obra	Rio	Bacia	Potência	Municípios envolvidos	Empresas Construtoras
PCH Itaguaçu			14 MW	Pitanga e Boa Ventura de São Roque	Itaguaçu Energia
PCH Rio do Forno	Piquiri	Piquiri	8,8 MW	Santa Maria do Oeste / Goioxim	Omega Energia
PCH Água Limpa	Goioere	Piquiri	23 MW	Perobal/Mariluz e Alto Piquiri	Multi Fase Energia
PCH Bela Vista	Chopin	Iguaçu	28,2 MW	Verê e São João	Foz do Chopin Energética
PCH Ervalzinho	Piquiri	Piquiri	20 MW	Santa Maria do Oeste / Palmital / Marquinho e Goioxim	Omega Energia
PCH Vila Galupo	Santana	Iguaçu	5,10 MW	Bom Sucesso do Sul e Francisco Beltrão	Sudoeste Energia
PCH Cachoeira	Turvo	Ivaí	7,84 MW	Turvo	Ibema Energia
PCH Cascudo	Piquiri	Piquiri	23 MW	Diamante do Sul / Laranjal e Nova Laranjeiras	Omega Energia
PCH Porto da Bota	Piquiri	Piquiri	29,6 MW	Altamira do Paraná / Diamante do Sul e Guaraniaçu	Alupar Energia

Fonte: IAP/SEMA

Íntegra do artigo 5º da Medida Provisória nº 571/12

Art.5º Na implantação de reservatório d'água artificial destinado a geração de energia ou abastecimento público, é obrigatória a aquisição, desapropriação ou instituição de servidão administrativa pelo empreendedor das Áreas de Preservação Permanente criadas em seu entorno, conforme estabelecido no licenciamento ambiental, observando-se a faixa mínima de 30 (trinta) metros e máxima de 100 (cem) metros em área rural, e a faixa mínima de 15 (quinze) metros e máxima de 30 (trinta) metros em área urbana. (Redação dada pela Medida Provisória nº 571, de 2012).

§ 1º Na implantação de reservatórios d'água artificiais de que trata o caput, o empreendedor, no âmbito do licenciamento ambiental, elaborará Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório, em conformidade com termo de referência expedido pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), não podendo exceder a dez por cento do total da Área de Preservação Permanente. (Redação dada pela Medida Provisória nº 571, de 2012).

§ 2º O Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial, para os empreendimentos licitados a partir da vigência desta Lei, deverá ser apresentado ao órgão ambiental concomitantemente com o Plano Básico Ambiental e aprovado até o início da operação do empreendimento, não constituindo a sua ausência impedimento para a expedição da licença de instalação.



Fonte: IAP/SEMA



É a audiência pública que dá respaldo jurídico à empresa de que os habitantes estão cientes da instalação da hidrelétrica e a área que ela vai alagar.

José Hess,
engenheiro florestal
do DTE da FAEP.



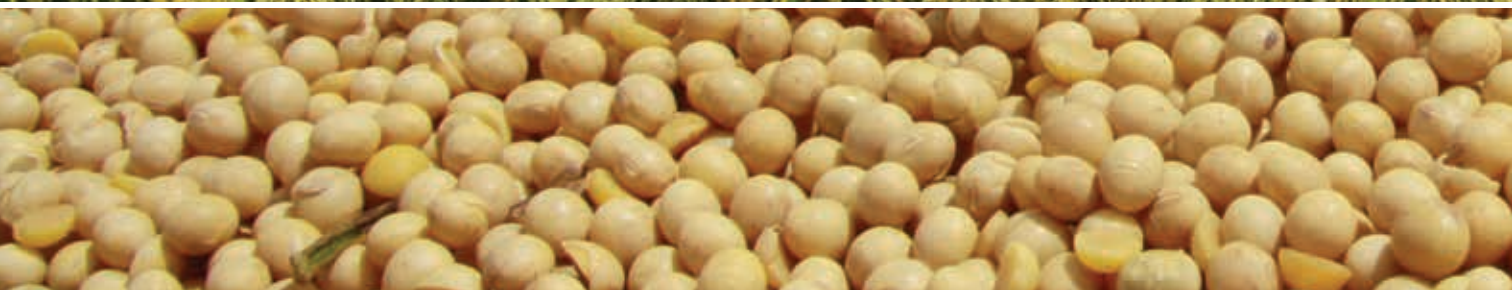
Características das PCH's

Os reservatórios das PCH's correspondem a uma área igual ou inferior a três quilômetros quadrados.

Em geral as PCHs' causam pequeno impacto ambiental, baixo custo operacional e não requerem muito capital. Este tipo de empreendimento permite um melhor atendimento das necessidades de pequenos e médios centros urbanos.

A implantação das PCH's tem sido incrementada por meio de uma série de mecanismos legais e regulatórios, além de incentivos econômicos e financeiros.

A PCH de Água Limpa terá 500 metros de extensão por 18 metros de altura. Além das 26 propriedades rurais.



A safra mundial, s

Brasil supre queda da produção americana de grãos

O relatório de setembro de oferta e demanda mundial de grãos do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) reavaliou a produção norte americana de soja na safra 2012/13 para 71,69 milhões de toneladas, cerca de 13% inferior à safra 2011/12 (83,17 milhões de toneladas). Esse resultado é consequência da forte estiagem que atingiu os Estados Unidos nos últimos meses. A produtividade prevista é de 2.372 quilos por hectare, aquém dos 2.808 quilos por hectares da safra passada. Já os estoques norte-americanos permaneceram em 3,13 milhões de toneladas e as exportações reajustadas para 28,71 milhões de toneladas.

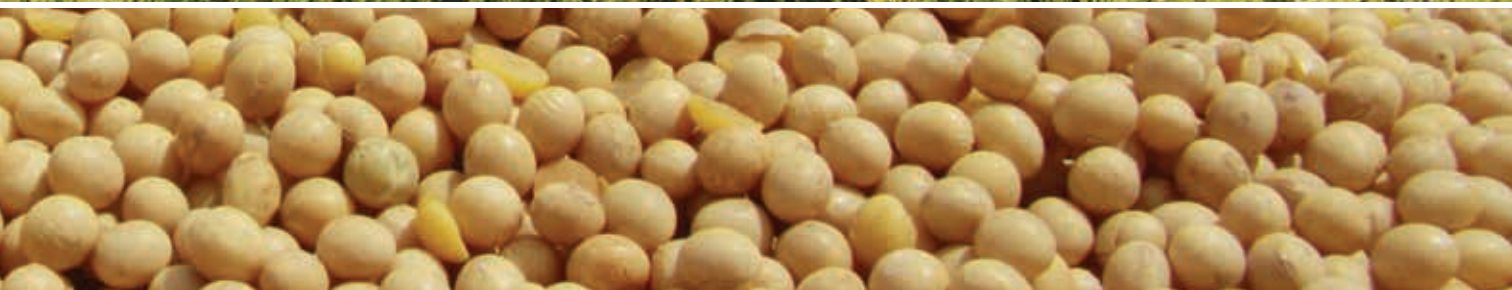
Após um período de volatilidade e especulação sobre o real potencial de produção e produtividade da safra norte-americana de soja 2011/12, haja vista as adversidades climáticas durante a evolução da cultura

da soja, o relatório de setembro, bastante aguardado pelo mercado, deixou a desejar, não trazendo novidades para o mercado que já tinha precificado a quebra de safra.

A produção mundial passou de 60,46 para 258,13 milhões de toneladas, consumo mundial de 256,73 milhões de toneladas, exportações previstas em 93,74 milhões de toneladas e estoques mundiais de 53,10 milhões de toneladas. Com isso, a relação estoque final/consumo passa para 20,7%.

O USDA prevê a produção brasileira em 81,00 milhões de toneladas, exportações em 37,60 milhões de toneladas e estoques finais de 16,15 milhões de toneladas. A alternância do posto de principal produtor mundial do grão com os Estados Unidos se confirma e também a de principal exportador mundial.

Para a Argentina ficaram estáveis a pro-



Segundo os gringos

dução em 55,00 milhões de toneladas, as exportações em 13,50 milhões de toneladas e os estoques reajustados para 20,12 milhões de toneladas. Quanto à China, principal mercado consumidor de soja, as importações foram estimadas em 59,50 milhões de toneladas para uma produção de apenas 14,91 milhões de toneladas.

Milho: 841,06 milhões de ton.

O relatório de setembro retificou a produção mundial do grão de 849,01 para 841,06 milhões de toneladas, um corte de 7,95 milhões ante o relatório de agosto. O corte efetuado é por conta das adversidades climáticas no Meio-Oeste norte americano com uma forte estiagem, a maior dos últimos 50 anos. O consumo mundial passou de 861,64 para 856,70 milhões de toneladas, exportações de 92,78 milhões de to-

neladas e estoques finais aumentados para 123,95 milhões de toneladas. Com isso, a relação estoque final/consumo é de 14,5%.

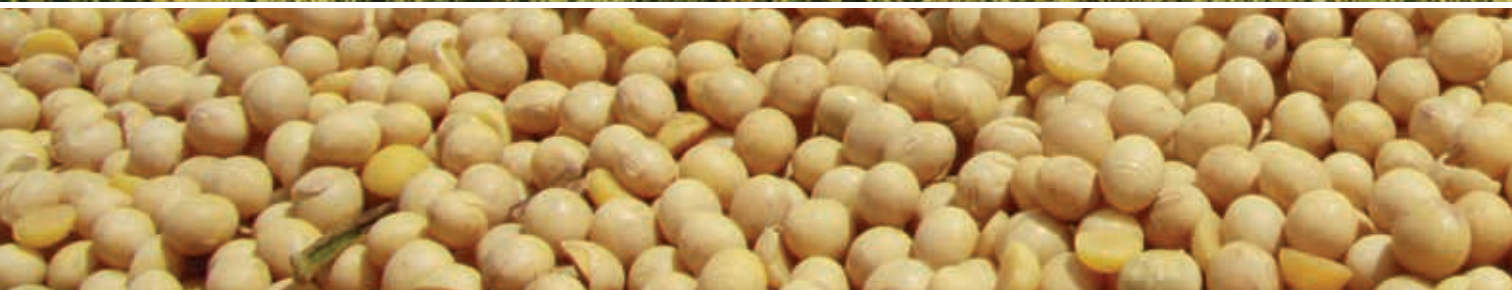
Quanto aos Estados Unidos, o USDA reduziu a produção de 273,79 para 272,49 milhões de toneladas, menos 35,62 milhões de toneladas em relação à safra 2011/12 (876.68 milhões de toneladas).

A produtividade caiu de 9.285 kg por hectare para 7.699 kg por hectare. O consumo americano passou de 252,11 para 254,01 milhões de toneladas, as exportações reajustadas para 31,75 milhões de toneladas e estoques finais aumentados de 16,50 para 18,63 milhões de toneladas, apontando uma relação estoque final/consumo de 7,33%.

Para o Brasil a produção foi mantida em 70,00 milhões de toneladas e as exportações retificadas para 15,00 milhões de



*Por Gilda M. Bozza
Economista do
DTE/FAEP*



A produção mundial de trigo está prevista em 658,73 milhões de toneladas, uma redução de 4 milhões de toneladas relativamente ao relatório de agosto (662,83 milhões de toneladas).

toneladas. O consumo brasileiro previsto em 56,00 milhões de toneladas e estoques finais de 15,11 milhões de toneladas. Com a produção prevista o Brasil passa a ocupar a posição de 3º produtor mundial de milho.

A safra argentina permaneceu em 28,00 milhões de toneladas, as exportações mantidas em 18,50 milhões de toneladas e estoques finais de 2,15 milhões de toneladas.

O USDA reajustou a produção da União Europeia para 57,14 milhões de toneladas e reduziu o consumo de 65,50 para 61,50 milhões de toneladas.

Trigo: 658,73 milhões de ton.

A produção mundial de trigo está prevista em 658,73 milhões de toneladas, uma redução de 4 milhões de toneladas relativamente ao relatório de agosto (662,83 milhões de toneladas). Já o consumo passou para 680,66 milhões de toneladas e exportações de 134,83 milhões de toneladas. O estoque mundial final foi reduzido para 176,71 milhões de toneladas.

Para os Estados Unidos, a produção permaneceu em 61,73 milhões de toneladas, o consumo estável em 33,83 milhões de toneladas, as exportações mantidas em 32,66

milhões de toneladas e estoques finais de 19,00 milhões de toneladas.

Para a União Europeia, maior produtor mundial de trigo, a produção foi retificada para 132,37 milhões de toneladas e consumo mantido em 124,50 milhões de toneladas. Para a China e a Ucrânia foram mantidas as produções de 118 milhões e 15,50 milhões de toneladas, respectivamente.

O USDA reavaliou a produção da Rússia de 43,00 para 39,00 milhões de toneladas, reduziu o consumo doméstico para 35,50 milhões de toneladas. As exportações foram mantidas em 8,00 milhões de toneladas e os estoques finais reduzidos de 8,47 para 6,44 milhões de toneladas.

Em relação ao Brasil, o relatório traz uma produção de 5,00 milhões de toneladas, um consumo interno de 11,00 milhões de toneladas e necessidade de importar 7,00 milhões de toneladas. O estoque final está previsto em 1,26 milhão de toneladas.

Quanto à safra argentina não houve alteração ante o relatório de agosto: produção de 11,50 milhões de toneladas, consumo de 6,00 milhões de toneladas, exportações de 5,50 milhões de toneladas e estoques finais de 570 mil de toneladas.



Arquivo

Ibama atende FAEP

A dispensa do Cadastro Ambiental Rural

No dia 17 de agosto o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, enviou ofício ao superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Jorge Augusto Callado Afonso, solicitando esclarecimentos sobre a exigência que vinha sendo feita aos produtores rurais de efetuar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) para terem direito à continuidade das análises de qualquer processo solicitado à instituição. Em 31 de agosto o superintendente informou à presidência da FAEP, através do ofício 734, que “os ofícios do IBAMA que condicionaram a análise de processos administrativos ao cadastramento no CAR, devem ser desconsiderados”.

Em sua solicitação Meneguette citou que a lei nº 12651 de 25 de maio de 2012, instituindo o novo Código Florestal dá o prazo de um ano para o produtor se inscrever no CAR. Diz o artigo 29 dessa Lei:

Quem não fizer a declaração estará impedido de tirar a Certidão Negativa de Débitos, documento indispensável para registro de uma compra ou venda de propriedade rural e na obtenção de financiamento agrícola.

“É criado o Cadastro Ambiental Rural – CAR, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente – SINIMA, registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

§ 3o A inscrição no CAR será obrigatória para todas as propriedades e posses rurais, devendo ser requerida no prazo de 1 (um) ano contado da sua implantação, prorrogável, uma única vez, por igual período por ato do Chefe do Poder Executivo.”

Desta forma os produtores rurais, que receberem esta exigência, via ofício, do referido órgão devem desconsiderar a mesma.

ITR termina dia 28 de setembro

Os proprietários rurais têm até o dia 28 de setembro para entregar a Declaração do Imposto Territorial Rural (ITR) à Receita Federal. A apresentação da declaração do ITR é obrigatória para pessoa física ou jurídica, que seja proprietária, titular do domínio ou possuidora a qualquer título, inclusive quem usufrui do imóvel.

Quem não fizer a declaração estará impedido de tirar a Certidão Negativa de Débitos, documento indispensável para registro de uma compra ou venda de propriedade rural e na obtenção de financiamento agrícola.

No Estado há 185 sindicatos rurais vinculados à Federação da Agricultura do Estado do Paraná, que possuem funcionários capacitados para o preenchimento do ITR. Caso o produtor rural queira preencher a declaração sozinho pode procurar o sindicato para tirar dúvidas ou obter informações sobre o preenchimento, mesmo não sendo associado à instituição.

> **No site**
<http://www.sistemafaep.org.br/Sindicatos/default.aspx> é possível verificar os endereços e telefones de todos os sindicatos e extensões de base.

Seca nos EUA: US\$ 30 b

Mesmo enfrentando a maior seca desde a década de 1930, com uma perda de 100 milhões de toneladas no milho e de 20 milhões na soja, os produtores rurais e as indústrias agrícolas dos Estados Unidos parecem estar menos preocupados com possíveis prejuízos financeiros causados pela seca do que os brasileiros, que também sofreram com estiagens no último verão. A principal justificativa para o clima de tranquilidade nos campos norte-americanos é o programa de seguro agrícola local, que permite renda apesar da quebra na colheita.

Se os produtores americanos estão tranquilos em relação à sua rentabilidade, as principais perdas geradas pelo clima deverão se manifestar nas companhias de seguro. De acordo com estudos da Universidade de Illinois, a estiagem nos Estados Unidos deverá gerar um total de US\$ 30 bilhões em indenizações, criando prejuízos de US\$ 18 bilhões. No entanto, mesmo as companhias de seguro parecem não estar muito preocupadas com a situação. “As empresas fazem resseguro para se protegerem contra perdas, então não têm que arcar com 100% das quebras. E parte dos prejuízos também será paga pelo governo”, garante Cameron Bishop, da Farmers Mutual Hail.

A ajuda governamental na cobertura dos prejuízos do setor será, na verdade, imensa. Conforme reportagem publicada pelo jornal Financial Times, o governo norte-americano deverá cobrir cerca de US\$ 14 bilhões desses prejuízos, restando uma perda de US\$ 4 bilhões para o setor privado. “A atividade principal de seguradoras é assegurar contra riscos, mas quando uma catástrofe acontece, pedem ajuda do governo para cobrir suas perdas. E o governo acaba pagando em torno de 60% dos prêmios de

seguro agrícola. Ser uma seguradora agrícola nos EUA é um negócio bilionário”, aponta o analista de mercado Pedro Dejneka, da Futures International, de Chicago.

Segundo Dejneka, a grande quantia de indenizações gerada neste ano deverá ter reflexos no mercado de seguros para a safra de 2013, principalmente para os agricultores. “As seguradoras agora irão provavelmente aumentar de forma considerável os prêmios de seguros cobrados, para tentar tapar o buraco que a seca deixou.”



Modalidade é trunfo de 85% dos norte-americanos do campo

Aproximadamente 85% dos produtores norte-americanos contratam seguro agrícola. O governo dos Estados Unidos paga de 48% a 60% do valor contratado, fazendo com que os agricultores invistam pessoalmente apenas cerca de US\$ 30,00 por acre (0,40 hectare). Em caso de desastres naturais, será retornado um percentual calculado com base no referencial de preço do grão praticado no início da primavera ou do outono, dependendo da cultura segurada, e na média de produtividade da área.

milhões em indenizações

Quebra da colheita
não tira tranquilidade
no campo

**Marcelo Beledeli, de Chicago
Jornal do Comércio*

panhia teve um crescimento de 28% nas vendas nos Estados Unidos e Canadá em relação ao mesmo período do ano passado. Até o final do ano, a expectativa da empresa é de que a comercialização nos dois países cresça 10% em comparação a 2011.

Venda futura é risco calculado

Para o fazendeiro John Jensen, de Ankeny, Iowa, a seca que atingiu o Meio Oeste vai representar mais uma oportunidade perdida do que prejuízos. Antes da estiagem, acreditando que o plantio de uma área recorde de milho nos Estados Unidos iria forçar o valor dos grãos para baixo, o produtor vendeu adiantado 60% de sua safra, a ser colhida a um preço fixo de US\$ 5,50 por bushel (25,4 quilos). Agora, o preço do cereal supera os US\$ 8,00. No caso da soja, Jensen já comercializou 80% de sua futura colheita a US\$ 11,50 o bushel (27,2 quilos). “Hoje em dia, está sendo negociada a US\$ 17,50. Não deveria ter vendido tanto antecipadamente, mas ninguém contava com essa seca, e a gente esperava que o preço fosse despencar.”

Com a estiagem, Jensen acredita que a produtividade de suas lavouras não deve passar de 150 bushels por acre no milho e de 45 bushels por acre na soja. Em um ano bom, o produtor consegue, nas duas culturas, até 185 e 65 bushels por acre, respectivamente. Entretanto, embora espere uma redução de produtividade, o agricultor acredita que conseguirá cobrir os custos de produção e, talvez, obter algum lucro. Parte dessa tranquilidade vem do fato de ter feito seguro agrícola para toda sua lavoura (7,2 mil acres ocupados por milho e soja).

Sem risco de que os produtores fiquem descapitalizados, as indústrias de máquinas agrícolas também não acreditam que a estiagem deverá influenciar em seus negócios. “Mesmo com a seca, a área plantada foi muito grande, e haverá muito o que ser colhido a preços elevados. E como a maioria dos agricultores possui seguro, terá renda suficiente para continuar a fazer os investimentos em tecnologia que precisa”, comenta John Elliot, diretor de marketing da New Holland para a América do Norte.

Outra empresa que está otimista é a John Deere. No trimestre entre maio e julho, quando a seca se manifestou, a com-

O agronegócio e o

Todo brasileiro minimamente bem informado sabe da importância do agronegócio para a nossa economia. Mas, chamado a definir essa atividade, talvez não consiga ir além de vagas referências à produção rural. O agronegócio, contudo, é algo bem mais extenso e complexo. Ultrapassa os limites do campo. Aliás, muitos dos profissionais da área trabalham à frente de computadores, em escritórios com ar-condicionado, nos modernos prédios de grandes centros urbanos, e talvez nunca tenham sujado as botas numa fazenda. A adequada proteção do interesse nacional em relação ao agronegócio, em razão da significativa importância da atividade para a economia brasileira, pressupõe sua definição com clareza.

Para entender o que vem a ser o agronegócio convém partir daquela clássica, e bastante conhecida, divisão da economia em três setores: primário (agricultura, pecuária e outras atividades extrativistas), secundário (indústria e comércio atacadista) e terciário (varejo e serviços). O agronegócio simplesmente não se encaixa nessa classificação, por ser uma atividade que “atravessa” os três setores, unindo atividades agrícolas, industriais e de serviços.

O agronegócio é o exemplo mais acabado do que os economistas chamam de “rede negocial”, conceito baseado em estudos desenvolvidos desde os anos 1950 na Universidade Harvard (production chain) e na ciência econômica francesa (filières). Consiste num articulado conjunto de contratos, operações financeiras e negócios ligados à produção agrícola.

O agronegócio não se limita, assim, especificamente à plantação e ao cultivo das commodities agrícolas (cana, soja, milho, trigo, café, etc.), embora essa atividade esteja no centro da rede agronegocial. Também a integram a produção e comercialização de sementes, adubos e demais insumos, distribuição, armazenamento, logística, transporte, financiamento, conferência de qualidade e outros serviços, bem como o aproveitamento de resíduos de valor econômico. É, na verdade, a interligação racional de todas essas atividades econômicas que compõe o agronegócio, e não cada uma delas em separado.

O produtor e a trading

Para ilustrar como se dá essa interligação, considerem-se dois empresários da rede: um agricultor que planta soja e uma companhia trading. O primeiro entende tudo sobre a produção de soja. Conhece as técnicas de plantio, os meios apropriados para a prevenção de pragas, a melhor época para a colheita, etc. Mas, embora entenda tudo sobre produção de soja, não tem conhecimento suficiente para acompanhar com facilidade as oscilações do preço do produto no comércio internacional nem para se proteger de eventuais quedas na cotação, que podem comprometer todo o seu esforço empresarial. Já os operadores da companhia trading entendem tudo sobre o mercado internacional de soja, acompanham as cotações do produto e sabem acionar sofisticadas medidas de proteção contra as oscilações dos preços. Em geral, trabalham de olho nos



interesse nacional

mercados de produtos variados, mas talvez não consigam, numa viagem ao campo, distinguir a plantação de soja da de cana-de-açúcar. E nem precisam, para bem desenvolver seus trabalhos, desse conhecimento. Devem é estar bem familiarizados com os instrumentos financeiros pelos quais investidores do mundo todo chamam para si o risco das oscilações dos preços das commodities agrícolas.

O agronegócio é a rede em que se encontram o produtor rural (que sabe plantar e colher soja, mas não compreende nem quer expor-se aos riscos da variação dos preços) e a trading (cuja expertise é o mercado internacional de commodities agrícolas e os instrumentos financeiros que podem poupar os produtores rurais das oscilações dos preços). Cada um cuidando do que sabe fazer melhor contribui para a plena eficiência da integração racional da rede de negócios.

Pois bem, o interesse nacional volta-se para a proteção da própria rede agronegocial, isto é, dessa integração racional de atividades econômicas, que acabam se tornando bastante interdependentes. À economia brasileira interessa a plena eficiência dessa integração. Cada uma das atividades do agronegócio, quando isoladamente considerada, não tem, nem de longe, a mesma relevância para o País que a rede de contratos e operações tomada como um conjunto integrado.

Distribuição de riscos

A lei deve proteger o interesse nacional na integração do agronegócio. A distribuição de riscos

entre os diversos empresários que atuam na rede, estabelecida pelos contratos que celebram, deve ser preservada para que a atividade continue crescendo e contribuindo para o desenvolvimento da economia brasileira.

Em outros termos, e de modo bastante concreto, quando dois empresários da rede agronegocial se desentendem relativamente ao contrato que celebraram, a lei deve determinar ao juiz que resolva o impasse desconsiderando os interesses individuais deles e adotando a decisão que corresponda ao interesse nacional, de todos os brasileiros, isto é, que assegure a preservação da própria cadeia integrada de negócios.

Como as atividades do agronegócio, por definição, se tornam interdependentes, cada empresário, compondo um elo da imensa cadeia econômica, deve cumprir as obrigações contratadas para que não se comprometam a existência e a consistência da própria rede. À economia brasileira interessa a integridade da integração. O Direito Comercial deve, em nome da proteção do interesse nacional, prover os meios para tanto.

Na verdade, o interesse na preservação da cadeia agronegocial é, a rigor, transnacional, extrapola o âmbito do nosso país. Projeções apontam que a segurança alimentar de toda a humanidade depende muito do regular desenvolvimento do agronegócio brasileiro. Quando a lei assegurar a proteção da cadeia, acima dos interesses individuais dos empresários que a compõem, estará tutelando também os direitos dos povos de todo o mundo e das gerações futuras.



Fábio Ulhoa Coelho, jurista e professor da USP

*Publicado em
"O Estado de
São Paulo"
(05/09/2012)*





Uma verdadeira aula

Especialista dissecou integração Lavoura-Pecuária-Floresta

Imagine uma propriedade que produz grãos no verão e carne durante o inverno rodeada por plantações de florestas. Esse sistema de produção é conhecido como a Integração Lavoura-Pecuária e Floresta (ILP-F) e promete dar um salto de produtividade quando o assunto é produção de alimentos. Afinal, quais são as vantagens do ILP-F? Pode ser aplicado em qualquer propriedade? Em entrevista à repórter Hemely Cardoso, do Boletim Informativo, o professor, doutor e engenheiro-agrônomo, Anibal de Moraes, do Setor de Ciências Agrárias da UFPR, que trabalha desde 1978 com pastagens e há 18 anos com sistemas integrados, explica as principais vantagens desse sistema e como o produtor pode implantá-lo na propriedade.

Boletim Informativo - Como começou o trabalho de integração de ILPF?

Anibal de Moraes – Em 1994, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) passou a buscar alternativas para gerar receita durante o inverno que dependia exclusivamente da soja e do milho. Então, nós fizemos a proposta de utilizar essas

áreas para a produção de carne ou leite. A aceitação foi muito difícil porque existia a ideia de que a entrada de animais iria causar problemas para o solo e para a lavoura, mas isso era apenas um tabu criado. E essa ainda é a maior dúvida dos produtores, no entanto, a partir daquela época a gente buscou e desenvolveu um projeto que tinha como principal objetivo identificar essas relações dos animais e seus efeitos no solo numa área agrícola. Já nos primeiros resultados mostraram que havia condições de trabalhar e não havia nenhum risco. Isso se levou para outras áreas, outros tipos de solo e se expandiu pelo Brasil afora. Uma vez que se adube a pastagem e se cuide dela não há nenhum risco.

BI – Muitos produtores questionam o custo muito alto com a pastagem para implantar o sistema. Como o senhor enxerga isso?

Essa pastagem no inverno tem o custo baixo e normalmente ela já está implantada, porque o produtor faz a cobertura de inverno, só que não utiliza como renda, usa apenas como cobertura. Quando você tira uma renda e coloca



Divulgação

Professor Anibal de Moraes

os animais isso viabiliza o investimento como o custo para adubar, por exemplo. Aí passamos por uma sequência nos nossos estudos que essa adubação do ponto de vista do sistema e os nutrientes que já iriam ser usados na fase pastoril. Isso representaria uma redução de custos para a lavoura, atividade de maior risco, sendo esses valores apropriados para atividade de pecuária. Então, a pecuária estaria pagando uma boa parte dos custos da lavoura, uma vez que adotasse essa prática de adubação na fase pastoril e isso a um custo mais elevado para a atividade de pecuária.

BI – Pela integração com a pecuária, por exemplo, você consegue aumentar a produtividade?

O impacto é muito maior para o pecuarista. Por exemplo, a lotação é de um animal por hectare e pela integração você consegue trabalhar com cinco, seis animais por hectare, intensificando o uso dessas áreas. E quando se associa às lavouras que já têm os solos nobres, corrigidos, fica muito mais fácil intensificar a pecuária. É claro que você pode apenas intensificar a área de pecuária procedendo as adubações, com um projeto de recuperação das áreas de pastagens degradadas. Isso leva investimento maior que se fosse numa área que é utilizada para a agricultura.

BI – Nesse sistema de integração muitos produtores questionam o sombreamento das árvores sobre as pastagens. Há algum tipo específico de pastagem para esse modo de produção?

Nas regiões mais quentes do Estado, principalmente, há uma intensidade maior de calor que leva o estresse para os animais e convém traba-

lhar com sombra, que pode ser natural ou artificial. E nada melhor que conciliar uma sombra natural onde podemos tirar uma receita porque a árvore vai gerar mais uma renda para o proprietário. As espécies forrageiras que podem ter um resultado mais adequado, de acordo com pesquisas, são as braquiárias que toleram bem o sombreamento e a tanzânia. Os capins estrela e tifton já apresentam baixa tolerância à sombra.

BI – Então, o produtor que optar pelo ILP-F deve ficar de olho no tipo de capim.

Ele deve usar uma espécie forrageira adaptada à sombra e fazer o espaçamento correto entre as árvores. Existe toda uma técnica, não um modelo engessado que vai servir para todo o Estado. Em cada propriedade deve ser feito um estudo, um acompanhamento. Também existe uma linha de financiamento, o programa ABC, onde o governo federal liberou R\$ 3 bilhões para contemplar o ILPF.

BI – Mas a integração pode ser feita em qualquer propriedade? Mesmo ela sendo pequena?

Sim, independe do tamanho. Até nas áreas pequenas é mais importante porque se cria oportunidades para diversificar a renda. Para os pequenos, por exemplo, se você trabalha com leite e faz a integração com as lavouras de soja, feijão e milho, são atividades que juntamente com a árvore vão triplicar a renda do produtor.

BI – Qual o tempo médio para implantar o sistema? Por exemplo, se o produtor tiver uma área de 20 hectares, quanto tempo ele vai levar para adequar a propriedade?

Com o recurso na mão o tempo para implantar é mais curto. Por exemplo, se você tem a propriedade e faz o financiamento ABC dentro de um ano toda a propriedade estaria funcionando. Com esses recursos você pode construir as cercas, comprar os animais e implantar as árvores.



Divulgação

BI – Quais as principais vantagens do ILP-F? Nós sabemos que aumenta a produtividade tanto na lavoura quanto na pecuária.

No caso da pecuária, se pegarmos os dados médios de produtividade no Paraná que chega a 120 quilos de carne por hectare, com o ILP-F numa área que vai trabalhar com pecuária no verão de um forma intensiva se trabalha com 12 animais por hectare. Os resultados no final de seis a sete meses chegam a 1,5 mil quilos de peso vivo, ou seja, aumenta 10 vezes a produtividade média no Estado. No inverno essas áreas em uso servem para pastoreio de três a quatro meses, isso resulta em ganho de 500 quilos de rendimento em média. Se fizermos as contas mesmo a soja no preço que está hoje, o milho, a pecuária é uma atividade mais rentável. É bom lembrar que no período de outubro a abril é onde ocorre maior crescimento da pastagem e



nos meses de maio a setembro precisa ter pasto de inverno. Aí então entram as áreas de lavoura de verão, que acabam liberando para o plantio de pasto de inverno e compondo o sistema perfeito de forragem.

BI – Qual é o primeiro passo para implantar o ILPF na propriedade?

O primeiro passo é fazer contato com o engenheiro-agrônomo que tenha experiência com o ABC, que vai fazer o projeto baseado na realidade da propriedade para depois ser encaminhado ao banco e com a liberação vai continuar com o acompanhamento técnico durante um ano.

BI – Para fazer um hectare de pastagem, por exemplo, quanto o produtor vai gastar?

Depende. Por exemplo, para sair de uma pastagem degradada, que nunca foi feito cala-

gem, vai ter um custo mais alto. O produtor vai ter que fazer a calagem e correções com fósforo, potássio, acaba saindo mais caro. O produtor pode ter o retorno do investimento com o ajuste de fertilidade do solo dentro de um ano. Uma calagem pode durar até seis anos, a elevação do fósforo que geralmente é problemática no solo. Mas com essa linha de crédito do ABC isso passou a não ser um problema, porque há uma carência de três anos para pagar, num prazo de oito anos, então compensa. O cálculo depende da situação do solo, o custo maior é com o ajuste da fertilidade. A semente tem um valor razoável, mas, por outro lado compensa, uma vez que a pastagem foi bem plantada.

BI – Quanto tempo leva para formar uma pastagem?

Se ela for bem plantada e formada dá para colocar os animais dentro em uma média de 90 dias. E há pastagens com mais de 30 anos sem a necessidade de refazê-las. Com um manejo adequado e as adubações necessárias o pasto não se acaba.

BI – O investimento para fazer o ILPF é bem alto. Depois de quanto tempo o produtor tem o retorno disso?

Nós verificamos em algumas propriedades que a partir do terceiro e quarto ano o produtor já está recebendo o retorno do investimento. Isso porque a lavoura passa a ter maior produtividade e com menor custo, o produtor vai gastar menos em herbicidas, inseticidas e fungicidas por causa da integração.

> **Entre os dias 8 e 12 de outubro, acontece o II Simpósio Internacional de Sistemas de Integração Lavoura-Pecuária 2012, em Porto Alegre. O encontro reunirá cientistas e especialistas de todo o mundo para apresentar e discutir os avanços nas áreas de pesquisa em ILP. Mais informações pelo site http://www.icls2012.com/index_br.asp?idioma=pt**

Sementes destinadas

Um be-a-bá sobre a legislação das “sementes salvas”

Por Ildomar Ivan Fischer, Engenheiro Agrônomo, Fiscal Federal Agropecuário do Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas da Superintendência Federal da Agricultura no Paraná/MAPA

A **Lei nº 10.711/2003** e o Decreto nº 5.153/2004 regulamentam a produção, comércio e utilização de sementes no Brasil, onde está estipulado que “é assegurado ao produtor rural reservar a cada safra agrícola uma parte de sua própria produção, para uso como sementes destinadas à semeadura das lavouras próprias, na safra seguinte”.

Para realizar a reserva de “sementes salvas”, como são chamadas, o agricultor deverá inicialmente comprar as sementes que utilizará em seus campos, devendo estas serem produzidas por estabelecimento produtor registrado junto ao MAPA.

A aquisição deve ser realizada junto a um comerciante igualmente inscrito no sistema RENASEM. No ato da compra, o agricultor deverá solicitar a nota fiscal e o Certificado de Sementes ou Termo de Conformidade de Sementes. Tais documentos devem ser arquivados na propriedade, pois poderão ser exigidos pela fiscalização.

Ressalte-se que é facultado ao agricultor realizar a reserva de uma parcela da lavoura comercial de grãos para produção de sementes para uso próprio, só posteriormente à primeira aquisição comercial da semente. E deverá armazená-las obrigatoriamente na sua própria propriedade e não em armazéns comerciais de terceiros. O beneficiamento também deverá ser feito somente dentro da propriedade.

A batata-semente reservada tem tratamento legal diferenciado, pois autoriza

o agricultor armazená-la em instalações fora da propriedade. Deve, entretanto, declarar a reserva de sementes para uso próprio no prazo legal e também requerer previamente a autorização do MAPA para o transporte e armazenamento, conforme regulamentado pela Instrução Normativa nº 48/2006.

As categorias

É importante informar que existem duas categorias de cultivares de sementes: as denominadas de “domínio público” e aquelas consignadas “protegidas”, e cuja proteção assegura ao obtentor a reprodução comercial da cultivar no território brasileiro pelo período de 15 anos, nos termos disciplinados pela Lei nº 9456/1997.

O uso das cultivares de domínio público não exige que o agricultor faça a declaração junto ao MAPA toda vez que realizar a reserva de sementes para seu cultivo, devendo tão somente guardar os documentos que demonstram a compra inicial de semente legal.

Já para a utilização das cultivares protegidas, o agricultor deve a cada safra, no prazo máximo de trinta dias (30) após o plantio da sua lavoura, quer seja em áreas próprias ou arrendadas, encaminhar a qualquer um dos escritórios do MAPA no Paraná, pessoalmente, por meio eletrônico (e-mail) ou através de Correios, a “declaração de inscrição de área para produção de sementes para uso próprio”. Trata-se de

as ao Uso Próprio

LEGISLAÇÃO

Os produtores e entidades interessadas em prestar orientações ao público do agro-negócio, palestras ou treinamentos sobre o tema podem entrar em contato com um dos escritórios regionais do MAPA no Paraná; à sede da Superintendência Federal da Agricultura no Paraná, ou pelos telefones (041)3361-4065 ou 3361-4064, ou ainda pelo e-mail sementes-pr@agricultura.gov.br, do Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas do Paraná.

No mesmo email pode ser feito o encaminhamento das declarações, as quais deverão estar assinadas e digitalizadas em arquivo de formato -pdf.

formulário específico que poderá ser requisitado junto ao próprio MAPA ou nos sindicatos rurais de cada município, mediante acesso ao site da FAEP. Este documento e o comprovante de envio devem ser arquivado na propriedade, juntamente com os comprovantes da compra inicial das sementes.

As normas legais não restringem o número de safras que pode-se reservar sementes própria. Entretanto é importante que o agricultor renove a sua semente periodicamente, como forma de garantir a qualidade, a pureza genética e a sanidade do material genético que utiliza em seus campos, visto que esta prática poderá ter reflexos na produtividade, na qualidade e na produção de grãos.

Para saber se uma determinada cultivar que o agricultor pretende reservar para uso próprio é ou não protegida, poderá consultar através da internet, no

seguinte endereço:http://extranet.agricultura.gov.br/php/snpc/cultivarweb/cultivares_protegidas.php.

Transporte e punições

Quando o agricultor necessitar transportar sementes reservadas entre suas diferentes propriedades, mesmo que dentro do município ou estado:

Além da emissão da nota fiscal de produtor que acompanha a carga, deverá solicitar previamente ao MAPA, a autorização para o transporte desta semente, através de um requerimento simplificado.

É importante destacar que é admitido ao agricultor fazer a reserva exclusivamente para a safra seguinte, apenas nas quantidades de semente necessárias e compatíveis com a área de cultivo em sua propriedade ou cuja posse detenha mediante instrumento contratual, independentemente de ser cultivar protegida ou não. Também é proibido ao agricultor comercializar sementes para vizinhos ou para empresas. O comércio somente é lícito aos estabelecimentos regularmente inscritos no RENASEM.

O descumprimento pelo agricultor usuário de sementes das normas aqui analisadas caracteriza infração à legislação nacional de sementes e mudas e sujeita-o às penalidades previstas, que poderão ser de advertência ou multa, graduadas de acordo com a gravidade do ato infracional cometido. Além da eventual apreensão das sementes ilegais.

A “Declaração de inscrição de área para produção de sementes para uso próprio” pode ser obtida acessando o site da FAEP: sistemafaep.org.br

Seminários sobre Agricultura de Precisão

Em Mandaguçu, Ponta Grossa,
Guarapuava e Toledo

O SENAR-PR vai disponibilizar para produtores e trabalhadores rurais um curso de Agricultura de Precisão em 2013. Para difundir esta nova tecnologia este ano serão realizados quatro seminários no interior do Estado voltados para técnicos da Emater, IAPAR, secretarias municipais da Agricultura e cooperativas.

As inscrições podem ser feitas diretamente nas Regionais do SENAR-PR, os endereços e telefones estão no site <http://www.sistemafaep.org.br/senarpr/regionais.aspx>.

Os seminários estão agendados para:

- **Mandaguçu:** 17 a 19 de setembro no Auditório Sindicato Rural de Mandaguçu Av. Munoz da Rocha, 800/3º andar.
- **Ponta Grossa:** 1 a 3 de outubro na sede do SEST/SENAT – Rua Almirante Tamandaré, 901.
- **Guarapuava:** 8 a 10 de outubro (vai mandar até quarta-feira a tarde).
- **Toledo:** 15 a 17 de outubro no Sindicato Rural de Toledo Rua Sete de Setembro, 1101.

Os palestrantes deste seminário são os engenheiros-agrônomo André Luiz Fabri e Pedro Henrique Bianchini Magalhães. As vagas são limitadas a 25 por evento. Confira a programação completa.

Além destes eventos o Paraná vai sediar, em outubro, um dos 10 seminários organizados pelo Senar Nacional e a regional do Rio Grande do Sul sobre Agricultura de Precisão nas regiões mais produtoras do País. Este segundo evento reunirá 500 participantes em Cascavel no dia 23 de outubro. Ainda serão definidos o local e a forma como as inscrições serão realizadas.

PRIMEIRO DIA

CONTEÚDO	DESCRIÇÃO
Introdução	Histórico. Técnicas de precisão na agricultura. Aplicações agrônômicas para a agricultura de precisão. Viabilização de agricultura de precisão para a realidade do PR.
Conceituação	Base da tecnologia – GNSS, Galileo e Glonass. Equipamentos AP.
Etapas básicas	Determinação. Gerenciamento. Intervenção. Avaliação.
Mapas de colheita	O que é um mapa de colheita. Finalidades. Filtragem de dados.
Grids de Amostragem	O que é um gride de amostragem. Tamanho ideal de uma malha. Formas corretas de amostragem. Equipamentos para coleta. Sensor de condutividade elétrica.
Mapas de Fertilidade	O que é um mapa de fertilidade. Como ele é obtido. Maneiras corretas de gerar um mapa de fertilidade. Finalidades. Exercícios com dados coletados.
Mapas de pragas e doenças	Como ele é obtido. Finalidades.

SEGUNDO DIA

Mapas de Aplicação	Maneiras de gerar. Finalidades e extensões de exportação. NDVI
Mapas de Plantio	Formas de criar. Finalidades de uso. Informações obtidas. Equipamentos disponíveis no mercado.
Mapas em 3D	Como utilizar a ferramenta 3D
Zonas de Manejo	O que são Zonas de Manejo. Finalidades.

TERCEIRO DIA

Análise de correlação	Formas de fazer o cruzamento de mapas. Avaliar a influência de fatores sobre a produtividade.
Relatórios	Relatórios gerenciais: por talhão, cultura, operador e relatórios operacionais.
Guias	Como utilizar a ferramenta de criação de guias.
Prática	Amostragem. Amostrador.



Ágide pede empenho a parlamentares

O risco do Código Florestal não ser votado

O presidente **Ágide Meneguette**, da FAEP, encaminhou às bancadas do Paraná na Câmara Federal, um ofício alertando sobre a necessidade de que ocorra a votação da Medida Provisória 571, que complementa a lei 12.651, criando o novo Código Florestal. “Caso a votação não ocorra”, lembrou Meneguette, “a Emenda vai caducar, abrindo um vácuo jurídico indesejável”.

O documento pede o empenho dos parlamentares paranaenses no sentido de dar quorum à sessão dos dias 17 e 18 próximos, aprovando o projeto de lei apresentado pela Comissão Mista que apreciou a Medida Provisória. A MP pode caducar se não for votada até o dia 8 de outubro e, se for aprovada na Câmara na nova data, restarão apenas a última semana de setembro e a primeira semana de outubro para o exame da matéria no Senado.

Como são duas semanas que antecedem as



Maria das Graças
Silva Foster

eleições municipais e não havia previsão de votações em Plenário no período, o presidente da Câmara, Marco Maia, deve pedir ao presidente do Senado, José Sarney, que estude a possibilidade de alterar o calendário do esforço concentrado do período eleitoral, para evitar que a MIP perca a validade.

Desabastecimento de diesel

Em correspondência à presidência da FAEP, o senador Sergio Souza informou que presidente da Petrobras, Maria das Graças Silva Foster, afirmou que a estatal vem trabalhando junto às distribuidoras para que se adequem à nova realidade do mercado, com estoques confortáveis, principalmente em regiões com demandas sazonais. Garantiu que não haverá mais falta de óleo diesel no Estado. Maria das Graças abordou a questão durante a audiência pública conjunta na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado.

Já o senador Álvaro Dias registrou à presidência da FAEP o recebimento de ofício no qual a Entidade manifestava preocupações com o desabastecimento de óleo diesel no Paraná, no final do mês passado. O senador informou que o tema “é objeto de minhas preocupações e estou atento para que o problema seja solucionado e seja garantida a liderança do Paraná na produção de grãos.

Da mesma forma, o deputado Zeca Dirceu informou ter reiterado as preocupações da FAEP com o desabastecimento de diesel junto à presidente da Petrobras.



Se você sonhar com

Abelhas: Sucesso nos negócios, pequenos lucros.

Abismo: Más notícias, sustos, loucura.

Abraço: Alerta contra perigo.

Acidente, assistir a um: Aborrecimentos.

Acidente, sofrer um: Sucesso.

Afogar-se: Medo.

Baile: Ambição.

Banco: Complicações nos negócios.

Banho: Purificação, serenidade contra adversidades, interesse sexual.

Banhar-se em águas limpas: Boas notícias.

Bar: Insegurança, desejo de confraternização.

Bebê Feliz: Amigos.



Constatação

No meio da missa, todos ouvindo o padre e nesse instante o Diabo aparece no altar... Todos saem correndo, até o Padre... mas fica um velhinho.

- E o senhor? - o Diabo pergunta
- O senhor não tem medo de mim?
- Imagina! - responde o velhinho
- Eu já fiquei 40 anos casado com sua irmã!



Sem número e letras

Os Incas conquistaram e administraram um território com invejável competência que equivalia à superfície somada da França, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Suíça e Itália. Tudo isso sem conhecer números ou letras. Para calcular usavam um cordão de pouco mais de um metro de comprimento cheio de nós. Por esse método, era registrado, por exemplo, o tamanho de uma safra as cores dos cordéis. A forma dos nós atribuíam qualidades à informação.



Treme-treme

A tremeadeira descontrolada das pálpebras é resultado de uma falha na transmissão dos impulsos nervosos que chegam aos músculos ao redor dos olhos. Os especialistas afirmam que tal sintoma está quase sempre relacionado a stress, fadiga ou insônia – e desaparece sozinho.

Maior assalto

Em agosto de 2005, o Brasil viu seu maior roubo à banco. R\$ 164 milhões foram roubados da sede do Banco Central do Brasil em Fortaleza, Ceará. A trama envolveu a construção de um túnel de 78 metros de comprimento que levava a um cofre onde estavam armazenadas cédulas usadas, e não passíveis de rastreamento. Foram levadas 3,5 toneladas em cédulas de R\$ 50 por mais e vinte ladrões, nem todos capturados.



Haja gordura

A urso polar precisa ganhar 200 quilos (através de gordura de foca) para ser capaz de engravidar, porque passará por um jejum de oito meses e provendo seus filhotes com um leite rico em gordura.



Los Angeles Times

NIGHT LIFE | RAIS • CULTS • COMEDY

CALENDAR
LOS ANGELES TIMES | 12.22.09

Bello, o campeão

Segundo o jornal Los Angeles Times, o nigeriano Bello Maasaba um líder religioso muçulmano na cidade de Bida, na Nigéria, 87 anos, já teve 107 esposas. Hoje vivem com ele 86 mulheres – entre 19 e 64 anos. Nove morreram e Maasaba pediu o divórcio de 12 por desobediência. Os filhos são tantos que ele tem dificuldade de saber o número exato. São 185, dos quais 131 estão vivos, o mais novo com apenas um mês de vida.

Try to top this: Elevate takes the downtown scene to new heights

THESE high and low elevators are...
The downtown scene is...
The downtown scene is...

...the downtown scene is...
...the downtown scene is...
...the downtown scene is...

Maior idade

Um código criminal de 1890 chegou ao absurdo de classificar as crianças brasileiras de nove anos de idade como passíveis de punição. O jurista Tobias Barreto propôs no final deste século, que o grau de escolaridade fosse responsável pela consciência entre o que é certo ou errado. A instrução básica só terminava aos 18 anos. Em 1940, o Código Penal brasileiro adotou de vez os 18 anos.



Cultura Inútil

- Antes de ser famoso, o ator Harrison Ford foi carpinteiro e chegou a trabalhar para o músico brasileiro Sérgio Mendes.
- Apenas nosso cérebro e fígado precisam de açúcar como fonte de energia.
- As escovas de dente azuis são mais usadas do que as vermelhas.
- As formigas se espreguiçam pela manhã quando acordam.
- As unhas da mão crescem aproximadamente quatro vezes mais rápido do que as unhas do pé.

Do ídiche

A palavra encrenca vem do ídiche (idioma judeu) “ein krenke”. O termo era comumente utilizado para definir a ideia de “doença”. Naturalmente, a popularização do termo acabou ficando abrigada para a nossa conhecida “encrenca”.



Madagascar

Muita gente já viu o filme de animação Madagascar, mas talvez desconheça que esse é o nome de um país situado no oceano Índico na costa leste da África. É uma das maiores ilhas do mundo, possui 20 milhões de habitantes e sua população fala o malgaxe.

Problemas

Uma loira entrou na livraria, foi na seção de livros de auto-ajuda e logo encontrou o livro “Resolva todos os seus problemas”.

Como ainda estava em dúvida, procurou o balconista...

- Por favor, moço, este livro resolve mesmo todos os meus problemas?
- Todos eu acho que não.

Digamos que ele resolva metade dos seus problemas!

- Bom, se é assim, eu vou levar dois!





Ponta Grossa



Derivados de leite

O Sindicato Rural de Ponta Grossa ofereceu o curso de Produção Artesanal de Alimentos - Derivados de Leite nos dias 23 e 24 de agosto. O grupo com 12 participantes teve como instrutora a nutricionista Gisele Grube.

Palotina



Conservação de Pescados

Um grupo de 15 produtores e produtoras rurais participou nos dias 27 e 28 de agosto de mais um treinamento oferecido pelo Sindicato Rural de Palotina com apoio do Banco do Brasil. Desta vez o curso oferecido foi de Produção Artesanal de Alimentos – Beneficiamento, Transformação e Conservação de Pescado. No curso os participantes aprenderam a desenvolver corretamente os processos de beneficiamento e de conservação de pescado, preparo de pratos típicos com total aproveitamento dos peixes, aplicando as boas práticas de higiene. No dia 28 foi servido almoço com pratos preparados no curso, todos com peixe como ingrediente principal, com a presença de membros das famílias dos participantes e convidados. A instrutora do grupo Zeli da Conceição Ferreira de Oliveira.

Toledo



Compotas e frutas

O Sindicato Rural de Toledo ofereceu o curso de Produção Artesanal de Alimentos – conservação de frutas e hortaliças - compotas e frutas desidratados nos dias 9 e 10 de agosto. Participaram do curso 13 produtoras e trabalhadoras rurais. O curso aconteceu na comunidade de Vila Flórida com a instrutora Fabiana Lodi.

Assis Chateaubriand



Agrinho

O Programa Agrinho mobilizou os professores e alunos do município de Assis Chateaubriand através das palestras realizadas em parceria com o SENAR-PR e Sindicato Rural de Assis Chateaubriand. Os bonecos do Agrinho visitaram todas as escolas do município sendo muito bem recebidos pelos professores e alunos que estão envolvidos nos projetos. No desfile de aniversário do município de Assis Chateaubriand, em 20 de agosto, a Escola Municipal Janice Galdino em parceria com o sindicato divulgou o Programa Agrinho.

Ribeirão do Pinhal



Transformação do milho e Gestão Rural

Entre os vários cursos oferecidos pelo Sindicato Rural de Ribeirão do Pinhal destacamos, nos dias 15 e 16 de agosto, o curso de Produção Artesanal de Alimentos, beneficiamento e transformação caseira de cereais, básico em milho. O grupo com 15 participações teve como instrutora Maria Luzineti Pinna Zani. E no período de 1º a 24 de agosto foi realizado o Curso de Gestão Rural – básico em gestão, sob orientação da instrutora Raquel, com a participação de 11 Empreendedores Rurais.

Cascavel



Conservação de Pescados

O Sindicato Rural de Cascavel realizou o curso Produção Artesanal de Alimentos – beneficiamento, transformação e conservação de pescados nos dias 21 e 22 de agosto, na sede do sindicato. Participaram da capacitação um grupo de 11 produtores rurais e familiares, que ampliaram e aperfeiçoaram seus conhecimentos desde o abate até o preparo de pratos variados à base de peixe. A instrutora foi Zeli da Conceição Ferreira.

Cornélio Procópio



Inclusão digital

O Sindicato dos Produtores Rurais de Cornélio Procópio promoveu o curso de Trabalhador na Administração de Empresas Agrosilvipastoris – inclusão digital básico e avançado totalizando uma carga horária de 40 horas aos produtores da região. O intuito é oferecer conhecimento necessário para a utilização do computador, acesso a internet e a busca de informações para obter melhores resultados na gestão de seus negócios. O instrutor do grupo foi Vidal Ferreira de Campos.

Astorga



Panificação

Em parceria, os Sindicatos Rural Patronal e dos Trabalhadores Rurais de Astorga, realizaram nos dias 21 e 22 de agosto o curso de Produção Artesanal de Alimentos – panificação. As aulas aconteceram no salão de festas da Paróquia São Sebastião para um grupo de 15 produtoras e trabalhadoras rurais, que aprenderam novas receitas, recheios e mais de 20 produtos diferentes de panificação de doces e salgados. A instrutora do grupo foi Maria de Fátima Bueno Bittencourt.

Cai mortalidade infantil no Brasil

Uma queda de 73% na taxa de mortalidade infantil do Brasil em apenas duas décadas foi um dos destaques de um relatório da Unicef divulgado. Segundo o estudo, a taxa brasileira caiu de 58 para 16 por mil nascidos vivos entre 1990 e 2011. Em 2000, o índice era de 36 por mil nascidos vivos – o que faz com que a queda tenha sido de 56% desde então.

Ainda com essa redução drástica, 40 mil crianças morreram antes de completar cinco anos no Brasil no ano passado (contra 205 mil em 1990). “No Brasil, programas comunitários e estratégias de saúde para a família foram implementados desde a década de 1990 para oferecer cuidados de saúde primários (à população)”, explica o relatório. “Isso ajudou a expandir o acesso aos serviços de saúde, reduzir as desigualdades na cobertura e cortar as taxas de mortalidade infantil.”

Segundo a Unicef, outros fatores que ajudaram a reduzir as mortes de crianças no Brasil incluem “melhorias nos serviços de saneamento básico, nos níveis educacionais das mães e nos índices de aleitamento materno e vacinação, além do crescimento na renda das famílias”.

A queda no Brasil foi acompanhada de uma redução menos acentuada nos índices globais no mesmo período. Em 2011, 6,9 milhões de crianças morreram antes de completar cinco anos - um total de 19 mil por dia. Em 1990, foram 12 milhões de mortes.

O panorama dos fertilizantes

As principais empresas ligadas à produção de nutrientes para fertilizantes no Brasil deverão investir US\$ 18,9 bilhões até 2017 para diminuir a dependência da agricultura do país das importações. Dados apresentados durante o II Congresso Brasileiro de Fertilizantes mostram que a produção nacional de nutrientes – nitrogênio, potássio e fósforo – deve pular de 3,427 milhões de toneladas para 9,353 milhões de toneladas, entre 2012 e 2017.

No mesmo período, a demanda passaria de 12,199 milhões para 14,732 milhões de toneladas. Hoje, a relação entre demanda e produção é de 28,1%. Com os investimentos, o país passaria a produzir 63,5% do total demandado. A produção brasileira de nitrogênio teria uma participação de 43,8%, contra 24,8% atualmente. No fósforo, o percentual passaria de 50,8 para 77,4 pontos. Já a produção de potássio passaria a atender 6,2% das necessidades internas, contra os atuais 7,6%.

FUNDEPEC-PR

SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO FINDO 31/08/2012

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$				DESPESAS EM R\$			SALDO R\$
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES	FINANCEIRAS /BANCÁRIAS	
	1-11	12						
Taxa Cadastro e Serviços D.S.A	403.544,18	-	-	138.681,09	**542.225,27	-	-	-
Setor Bovideos	8.431.549,48	13.000,00	-	19.561.773,51	-	2.341.952,64	-	26.200.880,77
Setor Suínos	2.200.137,02	1.360.000,00	-	2.074.655,37	-	181.518,99	-	5.453.273,40
Setor Aves de Corte	1.271.958,15	210.000,00	-	2.051.184,31	-	-	-	3.533.142,46
Setor de Equídeos	38.585,00	15.000,00	-	86.120,71	-	-	-	139.705,71
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	-	8.572,05	-	-	-	14.410,66
Setor Aves de Postura	35.102,41	2.000,00	-	106.406,13	-	-	-	143.508,54
Pgto. Indenização Sacrificio Animais *	-	-	-	-	-	141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-	-	77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrificio Animais *	-	-	141.031,00	-	-	-	-	141.031,00
TOTAL	12.381.000,00	1.600.000,00	141.031,00	24.027.393,17	**542.225,27	2.664.502,63	77.567,43	35.407.354,11
SALDO LÍQUIDO TOTAL								35.407.354,11

NOTAS EXPLICATIVAS

1) Repasses efetuados pela SEAB/DEFIS de acordo com o convênio: 1º - 14/12/2000 >> R\$ 500.000,00 | 2º - 23/07/2001 >> R\$ 2.000.000,00 | 3º - 04/09/2001 >> R\$ 380.000,00 | 4º - 28/12/2001 >> R\$ 2.120.000,00 | 5º - 21/05/2002 >> R\$ 710.000,00 | 6º - 26/07/2002 >> R\$ 2.000.000,00 | 7º - 16/12/2002 >> R\$ 2.167.000,00 | 8º - 30/12/2002 >> R\$ 204.000,00 | 9º - 08/08/2003 >> R\$ 600.000,00 | 10º - 08/01/2004 >> R\$ 400.000,00 | 11º - 30/12/2004 >> R\$ 1.300.000,00 | 12º - 01/12/2005 >> R\$ 1.600.000,00

2) Valores indenizados a produtores e restituídos pelo MAPA. (*)

3) Setor de Bovideos (**)

a) Valor total da conta Taxa de Cadastro e Serviço (repassa mais rendimentos financeiros) da DSA referente ao setor de Bovideos = R\$542.225,27

b) Valor total retido pela SEAB/DEFIS, referente ao total da conta taxa de cadastro e serviços da DSA do setor de Bovideos = R\$ 542.225,27

4) Conforme Ofício nº 315/2004-Defis, valor transferido da sub-conta do Setor de Bovideos e creditado para sub-conta do Setor de Ovinos e Caprinos, R\$ 5.714,85.

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora | CO PR-045388/0-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.

Agrinho no 7 de Setembro

Liderado por Arceny Bocalon, o Sindicato Rural de São João participou pela primeira vez do desfile de 7 de setembro desse município do sudoeste paranaense. Foi representado por um grupo de alunos que estão cursando o JAA (Jovem Agricultor Aprendiz). Mas a novidade que mais chamou a atenção do público foram os bonecos do Agrinho (Aninha, Nando e Agrinho), que despertaram a alegria, curiosidade e muitas fotos entre as crianças. O Sindicato de São João vem se destacando pela sua participação no Programa Agrinho, onde já obteve vários primeiros lugares, também com apoio da Prefeitura e da Secretaria de Educação.



Sistema FAEP

A SEAB e a política florestal

O acesso à informação e a organização dos produtores rurais para atividades florestais são ações estratégicas da política florestal do governo do Paraná, apresentadas no 4.º Congresso Florestal, em Curitiba. Essas são algumas das ferramentas que a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab) pretende usar para orientar melhor o planejamento a longo prazo da cadeia produtiva do setor madeireiro no Paraná.

De acordo com o engenheiro-agrônomo Renato Viana, coordenador de Serviços Florestais da secretaria, o órgão ficou responsável pela área florestal produtiva, que conta com oportunidades e crédito desde o micro ao grande produtor. “São linhas de crédito do governo federal com taxas de juros abaixo da inflação, que foram alocadas para fomentar o desenvolvimento rural sustentável”, explicou o técnico.

Nessa política está o programa de Agricultura de Baixo Carbono (ABC) do governo federal, do qual o Paraná é o maior tomador de crédito. “De julho de 2011 a junho de 2012 foram aprovados 849 projetos no valor de R\$ 189 milhões e desse volume entre 30% a 40% foram aplicados e florestas plantadas”, disse Viana.



Av. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar
CEP 80010-010 | Curitiba | Paraná
Fone: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124
www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente

Ágide Meneguette

Vice-Presidentes

Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso

Diretores Secretários

Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech

Diretores Financeiros

João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti

Conselho Fiscal

Sebastião Olímpio Santaroza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro

Delegados Representantes

Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana



SENAR - Administração Regional do Estado do PR

Av. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar
CEP 80010-010 | Curitiba | Paraná
Fone: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779
www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo

Presidente: Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos:

Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal:

Sebastião Olímpio Santaroza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida

Superintendência:

Ronei Volpi



Coordenação de Comunicação Social:

Cynthia Calderon

Editor:

Hélio Teixeira

Redação:

Angelo Binder, Hemely Cardoso, Katia Santos

Diagramação, Ilustração e Projeto Gráfico:

Alexandre Prado

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Teste teu humor

Ter bom humor é algo imprescindível, é sinal de boa saúde, de inteligência. As pessoas bem humoradas tomam decisões mais rápidas, provocam menos acidentes e ficam menos doentes. Em uma maré de mau humor, reclamamos da vida, conseguimos criar problemas! E tudo por falta de bom humor. E você? Como tem estado o seu humor ultimamente?

1. Quando se encontra numa situação ridícula, a sua primeira reação é rir de si mesmo?

Sim Não

2. Quando alguém se encontra numa situação ruim, de causar constrangimento, e você está perto, consegue ter uma sacada divertida para a situação?

Sim Não

3. Você frequentemente está alegre?

Sim Não

4. Para você é difícil tirar sacadas engraçadas das coisas?

Sim Não

5. Você entende que tudo o que lhe acontece, mesmo as coisas mais insignificantes, são super sérias e decisivas na sua vida?

Sim Não

6. Você se diverte com facilidade em qualquer ocasião e situação?

Sim Não

7. Não gosta que façam brincadeiras com você, mesmo durante uma reunião ou confraternização somente com pessoas de muita intimidade?

Sim Não

8. Você ri nas situações mais absurdas que acontecem contigo?

Sim Não

9. Gosta de ouvir dos outros histórias engraçadas, mesmo que elas, na verdade, sejam dramáticas?

Sim Não

10. Procura estar sempre “de bem com vida” em qualquer situação?

Sim Não

11. Você se surpreende quando algumas coisas são engraçadas para os outros?

Sim Não

12. Você sempre ri de suas próprias ingenuidades ou fracassos?

Sim Não

13. Você teria coragem de usar uma fantasia bem engraçada para ir a uma Festa á Fantasia, mesmo que ela lhe deixe numa situação bem ridícula?

Sim Não

14. Você crê que a maioria das pessoas leva a vida como brincadeira?

Sim Não

15. Você sabe perder um jogo?

Sim Não

16. Mesmo que você não concorde, os outros dizem que suas brincadeiras e piadas são grosseiras e de mau gosto?

Sim Não

17. Você se adapta facilmente a um ambiente informal?

Sim Não

18. Você evita contar uma piada, se não estiver preparado?

Sim Não

Conte um ponto para “sim” para cada pergunta

Mais de 15 pontos - Você é uma pessoa que tem um bom humor imenso. Isto te ajuda a sair de situações constrangedoras e levar a vida mais alegremente. Para você tudo flui com mais facilidade. O bom humor é uma das chaves para se ter um bom equilíbrio emocional. Parabéns!

De 6 a 14 pontos - Você é uma pessoa equilibrada. Não possui um bom humor excessivo nem tampouco vive de mau humor. Contudo, procure usufruir mais do bom humor em sua vida, e verá como tudo fluirá melhor no âmbito profissional e pessoal.

Menos de 6 pontos* - Você costuma ser uma pessoa bem apática. Leva a vida de uma forma mais dura e dramática, o que nem sempre é agradável. Procure se soltar mais, pois o bom humor é um ingrediente essencial para a felicidade.

* A autora não quis te chamar de um tremendo mau humorado(a).

Fonte: Leila Navarro

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___

Em ___/___/___

Responsável _____